



SAÚDE

Dengue ou covid? Como identificar

Com sintomas semelhantes, atenção aos detalhes é fundamental para garantir o tratamento adequado

» HENRIQUE LESSA

Com mais de 555 mil casos de dengue desde o início do ano, o surto da doença já é o maior registrado no país, conforme aponta o Ministério da Saúde. A grande incidência levou a prefeitura de Belo Horizonte a decretar, ontem, situação de emergência em saúde pública. A capital mineira também sofre com a explosão do número de casos de chikungunya e zika. Doenças que também tem como transmissor o mosquito *Aedes aegypti*.

Mesmo sendo considerada uma enfermidade tratável, em todo o Brasil, a dengue já soma 94 mortes confirmadas e outras 381 ainda estão em investigação. Uma preocupação, tanto para a população quanto para as autoridades sanitárias, é a similaridade entre os sintomas da dengue com outras moléstias, como a covid-19.

Entre as principais queixas apresentadas pelos infectados estão febre, fraqueza e dores de cabeça e pelo corpo. Sintomas que confundem a população e, por esse motivo, requerem ainda mais atenção para que seja adotado o tratamento adequado.

No entanto, apesar da semelhança, pequenas diferenças podem ajudar a distinguir as doenças. O quadro febril é um importante alerta. Nos pacientes com dengue, a febre alta pode vir acompanhada por dores atrás dos olhos e pequenas manchas na pele, como destaca a médica infectologista e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luciana Costa.

“A covid-19 e a dengue podem apresentar, principalmente após a exposição inicial, alguns sintomas e sinais bem parecidos. É aquilo que é chamado de síndrome gripal, parecida com muitas infecções que a gente tem.

Mas tem uma diferença básica na dengue que é o aparecimento do exantema, que são aquelas manchinhas vermelhas na pele, além da dor retro orbital (dor atrás dos olhos)”, aponta a médica.

Por sua vez, entre os pacientes com covid, os problemas respiratórios podem chamar atenção. Entre os sintomas estão tosse seca e, em alguns casos, dificuldade para respirar. Algumas variantes também podem causar perda do olfato e/ou paladar, característica bem peculiar reportada pelos pacientes.

Apesar das diferenças, a infectologista Luciana Costa reconhece que pode haver dificuldade no diagnóstico médico, que deverá ser confirmado por meio de testes como sorologia, ou RT-PCR.

Precauções

Uma preocupação expressa por especialistas é que, em função da situação epidêmica da dengue, casos de covid-19 possam ser confundidos não sendo tratados de forma adequada já no primeiro momento. “É um fator de preocupação e precisamos garantir que todos estejam alertas na situação atual, isolando as pessoas com sintomas respiratórios para quebrar as cadeias de transmissão. Muitos casos de covid podem passar despercebidos”, aponta o sanitarista e professor da Universidade de Brasília (UnB), Jonas Brant.

Sobre as rotinas do sistema de saúde para o diagnóstico e o enfrentamento das duas doenças, o professor identifica algumas dificuldades. “De maneira geral, temos uma dificuldade na incorporação de rotinas no sistema de saúde. Hoje, por exemplo, se você entrar no site da secretaria de saúde do DF e buscar dados da vigilância em doenças

Ed Alves/CB/DA.Press



Com mais de 555 mil casos confirmados desde o início do ano, surto de dengue já é o maior da história

respiratórias, o último boletim epidemiológico publicado é o de outubro”, aponta Brant, indicando que a falta de informação pode comprometer a tomada de decisão dos agentes públicos.

Outro sinal de alerta para gestores da saúde é a volta de dois sorotipos do vírus que estavam fora de circulação há muitos anos. “Sorotipos da doença que não circulavam há muito tempo fazem com que a população fique mais vulnerável a essas variantes. Isso também amplia o risco de casos graves”, aponta o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o secretário de Saúde de Minas Gerais, Fábio Baccheretti.

Letalidade

“Ainda não chegamos ao pico dos casos, mas nós já ultrapassamos o pior pico da nossa história. Será, historicamente, o pior ano em casos de doentes. Mas, apesar disso, estamos conseguindo manter uma letalidade baixa na comparação com outros anos epidêmicos”, destaca Baccheretti.

Para o secretário, em Minas Gerais, o maior objetivo é reduzir as mortes pela doença. “Hoje, nosso maior problema é a dengue. Na região metropolitana de Belo Horizonte, (os casos) vêm crescendo muito rápido. Agora precisamos evitar as

mortes. A dengue é considerada uma doença de óbito evitável, é nisso que a gente vem trabalhando. A letalidade hoje está baixa em relação ao número de doentes”, explica.

A redução de danos, provendo tratamento para evitar os óbitos, é a aposta do Ministério da Saúde. A secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente Ethel Maciel explica que todas as medidas de controle do mosquito são fundamentais, mas defende a vacinação como fundamental. Ela explica que, além da atuação do Estado, a população tem um papel fundamental no combate ao mosquito.

CAÇADA

Criminosos rendem casal após fuga no RN

» ÂNDREA MALCHER

A dupla de fugitivos da penitenciária federal em Mossoró (RN), Deibson Nascimento e Rogério Mendonça, fez um casal refém e roubou dois celulares, na noite de sexta-feira. A casa invadida fica a cerca de três quilômetros da unidade de segurança máxima. O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, viaja hoje para a cidade, junto ao diretor-geral em exercício da Polícia Federal (PF), Gustavo Souza, para acompanhar os esforços de recaptura.

Segundo o morador rendido, um homem de 50 anos, os criminosos chegaram à residência por volta das 20h e fingiram estar armados. Além do homem, estava na casa a esposa, de 46 anos.

Os fugitivos, membros da facção criminosa Comando Vermelho, entraram no imóvel, jantaram e pediram para acessar as redes sociais. Fizeram, ainda, ligações pelo aplicativo de conversas WhatsApp para o Rio de Janeiro, perguntaram se estavam longe do litoral e como poderiam chegar ao Ceará. Os criminosos permaneceram no local até a meia noite e foram embora levando ovos, água e laranjas. Os moradores acionaram a polícia por volta das 3h.

Os homens fugiram da penitenciária federal na quarta-feira de cinzas (14), pelo buraco da luminária das celas. De acordo com Lewandowski, eles teriam encontrado um alicate da reforma que ocorre no local e fugido a pé. Cerca de 300 agentes da PF, da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e das forças de segurança locais, bem como helicópteros e drones, procuram os homens em um perímetro de 15 quilômetros ao redor do presídio.

Na sexta, a PF anunciou ter encontrado, em uma área de mata, roupas, embalagens de comida, lençóis e uma camisa do uniforme da unidade prisional. Foi recolhido também material biológico em uma casa na zona rural de Mossoró, invadida no mesmo dia da fuga, a cerca de 7km da penitenciária.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Muitos militares não assimilaram a nova doutrina de defesa

Está disponível no site do governo federal (www.gov.br) o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) encaminhado ao Congresso em 20 de julho de 2020, ou seja, há quase quatro anos. Como diz a sua apresentação, “é o mais completo e acabado documento acerca das atividades de defesa do Brasil”. Apresentado em meados do governo de Jair Bolsonaro, o texto original fora concluído em 2012. Os ex-ministros da Defesa Nelson Jobim e Raul Jungmann estão entre os que mais se empenharam para que fosse consolidado.

O documento dorme nas gavetas do Congresso, nem os políticos nem os militares quiseram discutir esse assunto: “você não mexem conosco que também não mexemos com vocês”. Errado. Enquanto o Congresso se omitia, o ex-presidente Jair Bolsonaro trabalhava dia e noite para desmoralizar o processo eleitoral brasileiro, de

onde vem o “governo do povo, pelo povo e para o povo”, com o propósito de implantar um regime “iliberado” e se manter no poder, com apoio das Forças Armadas. Para isso, cevou o Congresso com verbas e tentou subjugar o Supremo Tribunal Federal (STF).

Bolsonaro supostamente tentou dar um golpe de Estado antes, durante e depois das eleições de 2022. Na linha do ex-governador carioca Carlos Lacerda (UDN): “O sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar” (Advertência oportuna, Tribuna da Imprensa, 1º de junho de 1950).

Esse roteiro viria a se repetir como farsa em 8 de janeiro do ano passado.

Lacerda, então governador da

antiga Guanabara, foi um dos líderes políticos do golpe de 1964 e mirava as eleições presidenciais de 1965, que foram suspensas. Teve seus direitos políticos cassados. Sucessivos generais, por 20 anos, se revezaram na Presidência: Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Segundo o falecido historiador Nelson Werneck Sodré, autor do clássico *História Militar do Brasil*, “gostaram do poder”. Parece que agora os nossos políticos aprenderam a lição. Não embarcaram no golpe de Bolsonaro.

A força da história se faz presente quando uma velha tradição não se resolve. Assim é a questão militar no Brasil, entre outras coisas, porque o Estado antecedeu a nação. O mito fundador de nosso Exército é a Batalha de Guararapes (1648/49), quando os holandeses foram expulsos do Brasil, mas

sua constituição histórica se deu ao reprimir duramente movimentos separatistas e/ou republicanos (Revolução Pernambucana, Confederação do Equador, Cabanagem, Balaiada, Farrapos, por exemplo) para manter a ordem. Sempre a justiça federal não era suficiente para afirmar o poder central nas províncias.

Livro Branco

Massacrado o povo, o velho Senado, com sua “política de conciliação”, lambeira as feridas das elites derrotadas. Foi assim que se manteve a nossa integridade territorial e se formou o Estado brasileiro, antes mesmo da nação. Entretanto, após a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Abolição (1888), o protagonismo militar na política brasileira viria a emergir com toda força. No ano seguinte, os militares destituíram o

imperador Pedro II e proclamaram a República. O golpismo bem-sucedido em 1889, 1930 e 1964 viria a ser sua principal característica. Tomara que os acontecimentos de 8 de janeiro do ano passado representem o fim desse longo ciclo histórico, que deveria ter se esgotado com a Constituição de 1988, mas teve sua recidiva após a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

A causa da recidiva foi a divisão ideológica das Forças Armadas, que sempre provoca quebra de hierarquia e indisciplina. Foi assim no Movimento Tenentista (década de 1920), na Aliança Nacional Libertadora (1935) e após a dissolução da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1945. Durante o regime militar, após o grande expurgo de militares legalistas, a coesão se restabeleceu tendo por base o anticomunismo da Guerra Fria, que consolidara centralidade na doutrina militar.

O Livro Branco representa uma nova doutrina de defesa, em bases democráticas e pacifistas. Ultrapassa a velha doutrina de segurança nacional do regime militar, que se encaixava como uma luva na trajetória histórica de combate aos “inimigos internos”, mas entrou em

colapso com a Guerra das Malvinas, entre a Argentina e o Reino Unido, quando o aliado principal, os Estados Unidos, apoiou diplomática e militarmente os ingleses e não os argentinos. Essa nova doutrina de defesa, contra à qual se insurgiram Bolsonaro e seus generais palacianos, que conseguiram dividir ideologicamente as Forças Armadas, não foi assimilada plenamente nas casernas, nem chegou ao conhecimento da sociedade civil.

Augusto Heleno e Braga Neto são de uma geração que ingressou nas escolas militares quando a carreira era mais do que uma via de ascensão à alta classe média, mas o caminho de acesso ao poder político central. Por isso, são reacionários e saudosistas do regime militar, sonham com um passado idealizado. O fracasso de 8 de janeiro pode ser o fim de um ciclo histórico, se a nova elite militar em formação, responsável pela sua elaboração, liderar a implantação da nova doutrina e a coesão das Forças Armadas, com base nos altos estudos, na hierarquia e na disciplina, e não apenas no adestramento militar, como aconteceu com as forças especiais.